REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/3hy19t35
Pages: 1-13

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO CONTEXTO DA ESCOLA REGULAR

THE INCLUSION OF CHILDREN WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD) IN THE REGULAR SCHOOL SETTING

LA INCLUSIÓN DE NIÑOS CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA (TEA) EN EL CONTEXTO DE LAS ESCUELAS REGULARES

Gabriela de Oliveira de Lima[1]
Artur Rodrigues Neto[2]
Edi da Silva[3]
Renato Rodrigues[4]

RESUMO

A educação inclusiva configura-se como um princípio indispensável para a garantia universal à educação, especialmente no que se refere à inserção de crianças com o espectro autista (TEA) no ensino regular. O presente estudo tem como objetivo analisar os desafios e as possibilidades inerentes a esse processo, buscando fundamentos teóricos, legais e pedagógicos que sustentem a inclusão escolar de fato. A pesquisa fundamenta-se em

[1] Graduanda em Pedagogia UNIFACVEST. Centro Universitário UNIFACVEST.
[2] Profesor revisor do artigo. Mestre em Práticas Transculturais pelo Centro Universitário Facvest-UNIFACVEST. Graduado em História (UNIFACVEST), **Professor** no Ensino Superior (UNIFACVEST). Professor de História na educação básica, em escolas públicas - prof.artur.rodrigues@unifacvest.edu.br - http://lattes.cnpq.br/7510604269862143 .
[3] Professora revisora do artigo. Assistente Social (UFSC), Bacharel em Direito (UNIFACVEST), Mestre em Ciências da Saúde Humana (UNC), **Professora** do Centro Universitário Facvest – UNIFACVEST prof.edi.silva@unifacvest.edu.br - http://lattes.cnpq.br/6257344241446554 .
[4] Professor Dr. Renato Rodrigues – Professor orientador do artigo.Professor da disciplina: Teoria dos Direitos Humanos em Perspectiva Crítica: Mestrado Profissional em Direito e Desenvolvimento Sustentável do Centro Universitário UNIFACVEST. Professor das disciplinas de TCC, Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico, Tópicos I – Tecnologias Educacionais, Projeto Integrador Interdisciplinar II, Alfabetização e Letramento: Conceitos e Processos, Atividade Formativa III, CBTC – Educação Infantil e Ensino Fundamental: PEDAGOGIA; Currículo e Planejamento da Educação Básica, Didática Geral: EDUCAÇÃO FÍSICA, Ciência Política – DIREITO, Tecnologias educacionais. PÓS-GRADUAÇÃO UNIFACVEST: Professor do Curso de Mestrado Profissional em Direito e Desenvolvimento Sustentável UNIFACVEST . Professor do Curso de Tecnologia Educacional do Centro Universitário FACVEST-UNIFACVEST e orientador de artigos. Coordenador do Curso de Pedagogia (UNIFACVEST). Pedagogo (FEDAVI/UNIDAVI), Psicopedagogo/Especialização (UNIDAVI), Tutoria em Educação a Distância/Especialização (UNIFACVEST), Mestre em Sociologia Política (UFSC), Mestre em Direito (Universidade Veiga de Almeida – UVA), Doutor em Direito (Universidade Veiga de Almeida – UVA), Editor da Revista Synthesis UNIFACVEST, Avaliador MEC/INEP, Professor e Pró-Reitor do Centro Universitário Facvest UNIFACVEST prpe@unifacvest.edu.br - http://lattes.cnpq.br/6556757529380415.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/3hy19t35
Pages: 1-13

referenciais teóricos, legais e pedagógicos que sustentam a inclusão escolar, bem como dispositivos brasileiros, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n^0 9.394/1996) e a Lei Brasileira de inclusão (Lei n^0 13.146/2015). Apresenta-se um relato de experiência docente, evidenciado a relevância de práticas pedagógicas intencionais, adaptadas e mediadoras no processo de ensino e aprendizagem de estudantes neurodivergentes. Os resultados indicam que, apesar dos desafios a formação docente e a disponibilidade de recursos nas redes de ensino, é possível promover avanços significativos no desenvolvimento acadêmico e social desses estudantes. A efetivação da educação inclusiva demanda compromisso coletivo da comunidade, família e rede de ensino, bem como a atuação crítica, reflexiva e intencional do professor.

Palavras-Chaves: Educação inclusiva; transtorno do espectro autista; prática pedagógica.

ABSTRACT

Inclusive education is configured as an indispensable principle for guaranteeing universal access to education, especially regarding the inclusion of children with autism spectrum disorder (ASD) in regular schooling. The present study aims to analyze the challenges and possibilities inherent in this process, seeking theoretical, legal, and pedagogical foundations that support genuine school inclusion. This research is based on theoretical, legal, and pedagogical references that support school inclusion, as well as Brazilian legal instruments, such as the Federal Constitution of 1988, the Law of Guidelines and Bases of National Education (Law No. 9,394/1996), and the Brazilian Inclusion Law (Law No. 13,146/2015). Furthermore, a report of teaching experience is presented, highlighting the relevance of intentional, mediating, adapted, and facilitating pedagogical practices in the teaching and learning process of neurodivergent students. The results indicate that, despite the challenges of teacher training and the availability of resources in school networks, it is possible to promote significant advances in the academic and social development of these students. It is concluded that the implementation of inclusive education requires the collective commitment of the community, family, and school network, as well as the critical, reflective, and intentional action of the teacher.

Keywords: Inclusive education; autism spectrum disorder; pedagogical practice.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/3hy19t35
Pages: 1-13

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem se consolidado como um dos principais pilares das políticas educacionais contemporâneas, fundamentando-se nos princípios da equidade, da diversidade, do respeito, da valorização e principalmente da garantia dos direitos de todos à educação.

Nesse contexto, destaca-se a necessidade de promover práticas pedagógicas que garantam não apenas o acesso a rede de ensino, mas também a permanência e o desenvolvimento pleno de todos os educandos, incluindo aqueles com (TEA) Transtorno do Espectro Autista, no ambiente da escola regular.

Historicamente, pessoas com alguma deficiência eram negligenciadas ou excluídas das escolas e ambientes de ensino, o que reforçava desigualdade social e educacional. A partir de movimentos internacionais em defesa dos direitos humanos e de marcos legais importantes, como a Declaração de Salamanca (1994)[5], passou-se a defender uma educação que se acolhe a diversidade e reconhece as diferenças como parte constitutiva do processo educativo.

No Brasil, esse avanço é respaldado por legislações como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDB nº 9.393/1996) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que garantem o direito a educação inclusiva nas redes de ensino regulares.

Através desta realidade, a inclusão de crianças neurodivergentes[6] na rede regular de ensino apresentam desafios e possibilidades que exigem reflexões aprofundadas sobre a prática docente e a organização do ambiente escolar. O aluno autista caracteriza-se por particularidades no desenvolvimento da comunicação, interação social, e comportamento, o que demanda estratégicas pedagógicas mais eficazes, planejamento intencional e um olhar sensível as singularidades de cada estudante.

O trabalho tem como objetivo analisar a inclusão de crianças com o Transtorno do

5 A Declaração de Salamanca (1994) é um marco histórico da UNESCO que estabelece diretrizes mundiais para a educação inclusiva. Determina que escolas regulares devem receber todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou linguísticas, garantindo o direito fundamental à educação sem discriminação ou segregação.

6 Crianças neurodivergentes processam o mundo de forma única. A neurodivergência é uma variação natura, não uma doença. Inclui condições como Autismo (TEA), TDAH, e dislexia. Elas possuem necessidades específicas de suporte sensorial, social e de aprendizado, exigindo acolhimento em vez de tentativas de readequação.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/3hy19t35
Pages: 1-13

Espectro Autista no contexto da escola regular, entender os fundamentos legais e teóricos, bem como os desafios enfrentados no cotidiano escolar e as possibilidades existentes para a efetivação desse processo.

Apresentamos o relato das minhas experiências, como sujeito atuante neste papel de inclusão, onde evidenciamos a articulação entre teoria e prática pedagógica (práxis[7]), destacando a importância do papel do professor como mediador de aprendizagem e peça fundamental na construção de uma educação inclusiva.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões sobre a inclusão escolar e seus efeitos para como um todo. Contribuindo para a formação de profissionais preparados para lidar com a diversidade em sala de aula e assim espera-se que este trabalho possa colaborar para a construção de práticas educativas equitativas, humanizadas e comprometidas com o desenvolvimento integral de todos os educandos.

2. EDUCAÇÃO, DEMOCRACIA E INCLUSÃO

A Educação Inclusiva configura-se como eixo central das políticas educacionais contemporâneas, fundamentando-se no princípio da equidade, no respeito à diversidade e na garantia do direito universal à educação. Historicamente, a educação de pessoas com deficiência foi marcada por práticas segregacionistas, institucionalização e exclusão social. Somente a partir da segunda metade do século XX, com a ascensão dos direitos humanos, iniciou-se um movimento internacional em direção à inclusão, tendo como marcos documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e, posteriormente, a Declaração de Salamanca (1994), que consolidou o paradigma da escola inclusiva.

A Declaração de Salamanca (1994) estabelece que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças. O documento propõe a reestruturação dos sistemas educacionais, de modo a atender à diversidade humana, rompendo com práticas excludentes historicamente construídas. Observa-se um avanço significativo na concepção de educação, passando de um modelo integrador para um modelo inclusivo, no qual a escola deve se adaptar ao estudante, e não o contrário.

7 Práxis é a união dialética entre teoria e prática. O termo grego define uma ação humana consciente e reflexiva, guiada por conhecimentos teóricos, que busca transformar a realidade social, política ou educacional, em oposição a uma simples ação mecânica ou apenas contemplativa.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/3hy19t35
Pages: 1-13

O Brasil promulgou a Constituição Federal de 1988, denominada Constituição Cidadã, representa um marco na garantia de direitos sociais, incluindo a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Conforme estabelece:

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988, art. 205).

O dispositivo legal consolidou outras normativas fundamentais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996, que reforça o atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A LDB, em seu artigo 58, explicita: "Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação." (Brasil, 1996).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reafirma o compromisso com a inclusão ao propor uma educação pautada no desenvolvimento integral do estudante, respeitando suas singularidades. A BNCC destaca que:

> A educação básica deve assegurar aos estudantes o desenvolvimento de competências que valorizem a diversidade, promovam a equidade e garantam o direito de aprendizagem de todos, reconhecendo as diferenças como parte constitutiva do processo educativo. (Brasil, 2018, p. 14).

As políticas públicas específicas, destaca-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que estabelece a obrigatoriedade da matrícula de estudantes público-alvo da educação especial nas escolas regulares, assegurando o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como complemento ou suplemento à escolarização. A política pública evidencia que ainda existem lacunas no sistema educacional, especialmente no que se refere à formação docente, infraestrutura e práticas pedagógicas inclusivas, aspectos que demandam constante aprimoramento.

O educador e pesquisador, Paulo Freire contribuem significativamente para a compreensão da educação inclusiva como prática emancipadora. Para Freire (1996), destaca que o processo educativo deve ser dialógico, crítico e humanizador, reconhecendo o educando como sujeito ativo de sua aprendizagem. Nesse sentido:

> Ensinar e aprender são processos interligados: quem ensina aprende, e quem aprende também ensina. Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, exige criticidade, estética e ética. O educador comprometido com uma prática educativa transformadora precisa reconhecer o aluno como sujeito do processo educativo, valorizando sua

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/3hy19t35
Pages: 1-13

> história, sua cultura e suas possibilidades de desenvolvimento dentro de uma perspectiva democrática e humanizadora. (Freire, 1996, p. 23).

A inclusão não se limita ao cumprimento de legislações, mas constitui um compromisso ético-político com a transformação social. Entretanto, ainda há aspectos que precisam ser aprofundados, como a efetividade das práticas inclusivas no cotidiano escolar e a formação continuada dos professores para lidar com a diversidade em sala de aula.

As práticas pedagógicas devem incluir metodologias que promovam autonomia, comunicação e desenvolvimento integral dos estudantes. A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) tem sido amplamente utilizada, especialmente no atendimento a estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A abordagem baseia-se em estratégias estruturadas, reforço positivo e ensino por etapas, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades sociais, cognitivas e comportamentais.

A Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Essa legislação garante, entre outros direitos, o acesso à educação e, quando necessário, o acompanhamento por profissional de apoio escolar. Soma-se a ela a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei nº 13.146/2015), que assegura condições de igualdade, acessibilidade e participação plena na sociedade. Conforme a LBI:

> A pessoa com deficiência tem direito à educação de qualidade em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em instituições privadas de ensino. (Brasil, 2015).

O arcabouço legal brasileiro é robusto no que se refere à inclusão educacional. A efetivação desses direitos ainda enfrenta desafios, como a falta de recursos, a ausência de formação adequada e a necessidade de mudanças atitudinais no ambiente escolar.

A construção de uma escola verdadeiramente inclusiva requer não apenas políticas públicas eficazes, mas também o engajamento de toda a comunidade escolar. Como proposta, sugere-se o fortalecimento da formação continuada de professores, a ampliação de recursos pedagógicos acessíveis, a valorização do Atendimento Educacional Especializado e a promoção de práticas pedagógicas inovadoras que considerem as singularidades dos estudantes. A educação inclusiva se consolida como instrumento fundamental para a promoção da democracia, justiça social, da cidadania e da dignidade humana.

2.1 Minhas experiências didáticas, afetivas e dialógicas: inclusão de aluno com TEA

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/3hy19t35
Pages: 1-13

A presente seção tem como objetivo apresentar, à luz de fundamentos teóricos da educação, um relato de experiência acerca da inclusão de um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos anos iniciais do Ensino Fundamental, evidenciando a articulação entre teoria e prática pedagógica no contexto da educação inclusiva.

A atuação docente desenvolvida nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em uma instituição privada de ensino, possibilitou o acompanhamento do processo de inclusão de um aluno com TEA. Ao iniciar o trabalho pedagógico, o estudante encontrava-se no segundo ano, com sete anos de idade, ainda não alfabetizado, o que demandou intervenções voltadas tanto ao desenvolvimento cognitivo quanto às habilidades sociais. Nesse contexto, compreende-se, conforme os pressupostos de Jean Piaget, que o processo de aprendizagem ocorre por meio da interação ativa do sujeito com o meio, sendo necessário respeitar os estágios de desenvolvimento cognitivo da criança.

> O conhecimento não é uma cópia da realidade. Conhecer um objeto, conhecer um acontecimento não é simplesmente olhar e fazer uma cópia mental, ou imagem, dele. Conhecer um objeto é agir sobre ele e transformá-lo, apreendendo os mecanismos dessa transformação. (Piaget, 1976, p. 37).

O início do acompanhamento revelou dificuldades significativas no processo de alfabetização e na interação social. O aluno não reconhecia todas as letras do alfabeto, identificando apenas algumas, e apresentava limitações no reconhecimento dos números.

Ainda não conseguia escrever o próprio nome, evidenciando a necessidade de intervenções pedagógicas específicas e planejadas. Nessa perspectiva, Henri Wallon destaca a importância da dimensão afetiva no desenvolvimento infantil, compreendendo que a aprendizagem está intrinsecamente relacionada às emoções e às interações sociais.

> A afetividade e a inteligência são indissociáveis e constituem dois aspectos complementares de toda conduta humana. A evolução da criança depende tanto das condições orgânicas quanto das relações estabelecidas com o meio social. (Wallon, 2007, p. 122).

O cenário apresentado, me levou a desenvolver estratégias pedagógicas que favorecessem a aprendizagem e a participação do estudante no ambiente escolar. As práticas adotadas incluíram atividades lúdicas, utilização de materiais concretos, músicas educativas, contação de histórias e propostas pedagógicas diversificadas, com o intuito de estimular o interesse do aluno pelo processo de aprendizagem. A adoção dessas estratégias dialoga com as contribuições de Marcos Masetto, que enfatiza a importância de metodologias ativas e significativas no processo educativo.

> O processo de ensino-aprendizagem exige do professor uma postura mediadora, na

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/3hy19t35
Pages: 1-13

> qual ele deixa de ser mero transmissor de conteúdo para tornar-se facilitador da aprendizagem, criando ações que estimulem a participação, a reflexão e a construção do conhecimento pelo aluno. (Masetto, 2003, p. 45).

A busca por formação continuada e aprofundamento teórico constituiu elemento essencial na prática pedagógica desenvolvida. O envolvimento com estudos acadêmicos, incluindo a produção de artigo científico sobre o tema, contribuiu significativamente para a compreensão das especificidades do TEA e para o aprimoramento das intervenções pedagógicas. Nesse sentido, Renato Alves Moretto destaca a necessidade de planejamento intencional e significativo por parte do docente.

> Planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e agir de acordo com o previsto. O planejamento eficaz considera as características dos alunos, seus conhecimentos prévios e suas necessidades, buscando estratégias que promovam aprendizagens significativas. (Moretto, 2010, p. 67).

Ressaltando que com o desenvolvimento das práticas pedagógicas, foram observados avanços significativos no processo de aprendizagem do estudante. Atualmente, o aluno encontra-se em processo de alfabetização, sendo capaz de realizar a leitura de palavras simples e iniciando a leitura de pequenos textos. No campo da matemática, reconhece e identifica números até 20, avançando progressivamente para níveis mais complexos. Ademais, passou a reconhecer todo o alfabeto e a escrever o próprio nome, evidenciando progresso em habilidades fundamentais.

Outro viés relevante refere-se ao desenvolvimento das habilidades sociais. Inicialmente, o aluno apresentava elevada dependência da professora, mantendo-se próximo a ela e interagindo pouco com os colegas. Ao longo do processo pedagógico, passou a estabelecer interações com outras crianças, participando de diálogos, brincadeiras e atividades em grupo. A evolução corrobora a perspectiva de Paulo Freire, que compreende a educação como prática social e dialógica. “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.” (Freire, 1996, p. 67).

A experiência relatada evidencia a relevância de práticas pedagógicas inclusivas no contexto da escola regular, demonstrando que, mediante planejamento, intencionalidade e compromisso docente, é possível promover avanços significativos no desenvolvimento acadêmico e social de alunos com TEA. A escola, nesse sentido, assume papel fundamental na promoção de uma educação democrática, inclusiva e humanizadora, que respeite as diferenças e valorize as potencialidades individuais.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/3hy19t35
Pages: 1-13

A vivência dessa experiência durante a formação acadêmica configura-se como elemento formativo essencial, contribuindo para a construção da identidade profissional docente. A inserção precoce na prática pedagógica, aliada à reflexão teórica, possibilita o desenvolvimento de competências necessárias para a atuação na educação inclusiva, reafirmando o compromisso com uma educação de qualidade para todos.

> A educação inclusiva pressupõe uma mudança significativa na organização da escola e nas práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. Nesse contexto, o professor assume um papel fundamental como mediador do processo de ensino e aprendizagem, sendo responsável por criar estratégias que atendam às diferentes necessidades dos estudantes. A inclusão não significa apenas permitir que o aluno com deficiência esteja fisicamente presente na escola regular, mas garantir condições reais de participação, aprendizagem e desenvolvimento. Para que isso aconteça, o docente precisa desenvolver práticas pedagógicas flexíveis, valorizar as diferenças e promover um ambiente de respeito e cooperação entre os alunos. Dessa forma, o professor torna-se um agente essencial para que a escola inclusiva se concretize, pois é por meio de sua atuação pedagógica que se constroem possibilidades de acesso ao conhecimento para todos os estudantes. (Silva; Carneiro, 2016, p. 940).

A efetivação da educação inclusiva depende diretamente da atuação consciente, crítica e comprometida do professor, que deve assumir o papel de mediador do conhecimento e promotor de práticas pedagógicas equitativas. A inclusão se concretiza quando o docente planeja intencionalmente suas ações, respeita as singularidades dos estudantes e cria condições reais para a participação de todos no processo educativo. A educação inclusiva configura-se como um compromisso ético e pedagógico com a construção de uma escola democrática, na qual o acesso ao conhecimento, o desenvolvimento integral e a valorização das diferenças sejam efetivamente garantidos.

2.2 Desafios e possibilidades da inclusão de alunos com TEA na escola regular

A inclusão dos alunos neurodivergentes (TEA) no ensino regular representa um avanço significativo no campo educacional, porém ainda existem diversos desafios que dificultam sua efetivação no cotidiano escolar. Entre os principais obstáculos, destacam-se a falta de informação e formação continuada dos professores, a escassez de recursos pedagógicos necessários e principalmente de suporte especializado em muitas instituições de ensino.

Neste contexto, entende-se que, embora a legislação brasileira assegure o direito a educação inclusiva, sua implementação ainda acontece de maneira desigual. Muitas redes de ensino não dispõem de estrutura física adequada, nem de profissionais especializados para atender as necessidades específicas de cada educando neurodivergente, o que pode comprometer o processo de ensino aprendizagem e principalmente a inclusão social.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/3hy19t35
Pages: 1-13

> A inclusão escolar não consiste apenas na permanência física do aluno com deficiência na escola regular, mas implica uma mudança estrutural e pedagógica no sistema de ensino. É necessário que a escola se reorganize para atender às diferenças, promovendo práticas pedagógicas que garantam a aprendizagem de todos, respeitando suas singularidades e potencialidades. (Mantoan, 2003, p. 24).

Um desafio comum em nossa realidade refere-se às práticas pedagógicas, que nem sempre são adaptadas às particularidades desses educandos. A utilização de metodologias tradicionais centradas na transmissão de conteúdos, pode dificultar a participação e o desenvolvimento do aluno autista. A formação docente torna-se essencial para que o educador possa não transmitir, mas mediar o conhecimento do aluno neurodivergente respeitando suas características tais como qualquer outro aluno da escola regular.

Outro desafio relevante refere-se às práticas pedagógicas, que nem sempre são adaptadas às particularidades desses estudantes. A utilização de metodologias tradicionais, centradas na transmissão de conteúdos, pode dificultar a participação e o desenvolvimento do aluno com TEA. Nesse sentido, a formação docente torna-se essencial, como apontam Glat e Pletsch (2011). A formação docente para a educação inclusiva deve contemplar não apenas conhecimentos teóricos, mas também práticas pedagógicas que possibilitem o professor a atuar de forma efetiva e humana frente a diversidade presente na sala de aula. É de extrema importância que o docente esteja preparado para identificar as necessidades dos alunos e propor estratégias que favoreçam sua participação e aprendizagem.

> A formação de professores para a educação inclusiva deve contemplar não apenas conhecimentos teóricos, mas também práticas pedagógicas que possibilitem ao docente atuar de forma efetiva frente à diversidade presente na sala de aula. É fundamental que o professor esteja preparado para identificar as necessidades dos alunos e propor estratégias que favoreçam sua participação e aprendizagem. (Glat; Pletsch, 2011, p. 89).

Os desafios são constantes, existem inúmeras possibilidades que contribuem de forma significativa a efetivação da inclusão escolar. A formação continuada dos educadores, o uso de práticas pedagógicas ativas, a valorização e entendimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o trabalho mútuo entre professores, família e equipe escolar são elementos essenciais no processo de inclusão. A construção de ambiente acolhedor deve ser baseada no respeito às diferenças, na promoção da empatia, na amorosidade para que o educando se sinta pertencente e acolhido na escola regular, e claro favorecendo o desenvolvimento das habilidades sociais e cognitivas dos alunos com TEA.

> A inclusão social é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais, e estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão escolar, nesse contexto, constitui-se como um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/3hy19t35
Pages: 1-13

mais justa e igualitária. (Sassaki, 1997, p. 41).

A compreensão de que os desafios existam e precisam ser superados, as possibilidades de construção de uma educação inclusiva são concretas e dependem do compromisso coletivo de todos os que fazem parte desta realidade, escola, família, professores e a sociedade como um todo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das maiores conquistas da educação contemporânea. No decorrer deste trabalho, foi possível compreender que a educação inclusiva vai muito além do cumprimento de legislações ou da simples presença física do aluno na sala de aula. Incluir significa reconhecer a singularidade de cada estudante, respeitar seus limites, valorizar suas potencialidades e garantir oportunidades reais de aprendizagem, participação e desenvolvimento.

A partir das pesquisas realizadas, constatou-se que o Brasil possui um importante conjunto de leis e políticas públicas voltadas à inclusão escolar. Contudo, existem também desafios a serem enfrentados no cotidiano para que de fato esses direitos sejam efetivamente concretizados nas redes de ensino. A falta de recursos pedagógicos, a formação continuada de professores, a carência de profissionais especializados entre outras dificuldades encontradas pelas escolas, constituem barreiras significativas para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Por outro lado, este estudo também permitiu compreender que, apesar dos desafios existentes, a inclusão pode existir, quando existe comprometimento, sensibilidade, humanidade e planejamento pedagógico. O docente possui um papel muito importante nesse processo, atuando não apenas como um transmissor de conhecimento, mas sim um mediador de aprendizagem, incentivador da autonomia e agente transformador da realidade na rede regular de ensino.

A experiência vivenciada com meu aluno com TEA me permitiu compreender este papel como docente, não existe inclusão sem compreensão, dedicação e amorosidade. Mais do que acompanhar avanços pedagógicos, pude acompanhar de perto conquistas que muitas vezes parecem pequenas aos olhos de outras pessoas, mas que carregam enorme significado no processo de desenvolvimento da criança. Ver um aluno, reconhecer letras, escrever o próprio nome, iniciar a leitura, interagir com os demais colegas se sentindo pertencente

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/3hy19t35
Pages: 1-13

aquele lugar, é mais do que uma realização é a efetivação de um trabalho intencionalmente dedicado, com afeto, que transformou vidas.

O crescimento profissional está sendo significativo, essa experiência contribuiu substancialmente para minha formação pessoal, fortalecendo valores que são de extrema importante para mim, como empatia, respeito, responsabilidade social e compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e democrática. A inclusão escolar não beneficia apenas o aluno com deficiência, transtorno etc. Mas toda a comunidade escolar, pois ensina sobre convivência, diversidade, respeito e humanidade.

As evidências apresentadas demonstram que a construção de uma escola inclusiva depende do compromisso coletivo entre professores, família, gestão escolar e sociedade. É importante investir em formação docente, recursos pedagógicos, acessibilidade e políticas públicas que garantam condições efetivas para o desenvolvimento de todos os educandos. A inclusão precisa deixar de ser vista como um desafio impossível de e concretizar e passar a ser compreendida como um direito, uma necessidade e um compromisso ético da educação.

Ao final desta análise, este trabalho reforça a importância de continuar ampliando as discussões sobre a educação inclusiva, especialmente acerca do Transtorno do Espectro Autista, para que cada vez mais crianças possam ter acesso a uma educação de qualidade, humanizada e verdadeiramente acolhedora. Incluir é reconhecer que cada criança aprende de maneira única e que todas merecem oportunidades para desenvolver suas capacidades, construir sua autonomia e ocupar seu lugar na sociedade com dignidade e respeito.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 03/06/2026 - **Accepted:** 07/07/2026
Vol: 13.15
DOI: 10.66104/3hy19t35
Pages: 1-13

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

MORETTO, Renato Alves; MANSUR, Odila Maria Ferreira de Carvalho. **Educação da criança**. São Paulo: Elevação, 2000.

PIAGET, Jean. **A equilibração das estruturas cognitivas**: problema central do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

RODRIGUES, Renato; GONÇALVES, José Correia. **Procedimentos de metodologia científica**. 12. ed. Lages, SC: Papervest, 2026.

SILVA, Luzia Guacira dos Santos; CARNEIRO, Relma Urel Carbone. **Educação inclusiva**: concepções e práticas pedagógicas. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 29, n. 56, p. 935–948, 2016.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994.

WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi**. Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.